

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Texto para as questões de 1 a 10.**

1 Ao procurar um serviço de saúde, um paciente pode  
estar aflito, inseguro e fragilizado pela suspeita de um  
problema. Essa situação só é agravada pela confirmação de um  
4 diagnóstico. Por isso, um atendimento médico de qualidade  
pode não ser o suficiente para proporcionar uma boa  
experiência na instituição.

7 Desde o momento em que se entra na clínica ou no  
hospital, faz toda a diferença o modo como uma pessoa é  
recebida, ouvida e orientada. Dessa forma, desde os  
10 funcionários da recepção até os médicos, é fundamental que o  
paciente tenha toda a ajuda possível, dando uma sensação de  
mais conforto e tranquilidade.

13 Nesse sentido, a medicina humanizada é uma  
proposta de atendimento médico diferenciada, que coloca as  
necessidades dos pacientes em primeiro lugar. Assim, não  
16 depende apenas dos médicos, mas de toda a equipe que  
interage com os pacientes.

A proposta de humanização da saúde começou a ser  
19 implementada no Brasil em 2000 pelo Ministério da Saúde, a  
partir de experiências bem-sucedidas no exterior. O objetivo  
era mudar a cultura no sistema de saúde, fazendo com que o  
22 paciente fosse o foco do atendimento — e não a doença.

A iniciativa da medicina humanizada pode até ter  
surgido no sistema público, porém, o privado também tem  
25 muito a ganhar com o conceito. Basta pensar na própria  
concorrência para se entenderem os motivos. Afinal, apenas  
um atendimento eficiente pode não ser o suficiente para que  
28 os pacientes recomendem uma clínica ou um profissional para  
outras pessoas.

Isso mesmo: a humanização é o grande diferencial  
31 para que o serviço seja lembrado e escolhido pelas pessoas.  
Elas vão se recordar sempre da atenção que receberam, do  
quanto suas reclamações foram ouvidas e se foram  
34 devidamente orientadas sobre o problema de saúde e a  
importância do tratamento e da medicação recomendada.

O fato é que todo mundo gosta de ser bem tratado.  
37 Isso serve para as relações pessoais, um restaurante, uma loja  
de carros ou uma clínica médica. A diferença é que, na saúde,  
as pessoas se encontram em um estado de muito mais  
40 fragilidade e incertezas. E esse atendimento humanizado pode  
ser uma forma de elas se sentirem mais acolhidas e  
confortadas em um momento difícil.

Internet: <<https://medicina.ucpel.edu.br>> (com adaptações).

**QUESTÃO 1**

Quanto à tipologia, o texto

- (A) é dissertativo e, nele, o autor deixa clara a sua opinião favorável a que a medicina humanizada se restrinja ao sistema público de saúde.
- (B) desenvolve-se em uma narrativa cronológica, evidenciada na menção ao ano 2000.
- (C) é essencialmente descritivo, pois seu objetivo é caracterizar a medicina humanizada, por meio dos grandes desafios impostos aos médicos brasileiros.
- (D) caracteriza-se como dissertativo-argumentativo e, nele, argumenta-se em favor da implementação da proposta de humanização da saúde.
- (E) configura-se como dissertativo-expositivo, visto que objetiva enumerar os caminhos que garantem a eficiência do atendimento médico.

**QUESTÃO 2**

Assinale a alternativa em que é apresentado um sinônimo coerente com as ideias do texto para o vocábulo “implementada” (linha 19).

- (A) elaborada
- (B) implantada
- (C) imposta
- (D) reapresentada
- (E) discutida

**QUESTÃO 3**

São acentuadas graficamente, de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica, as palavras

- (A) “possível” e “difícil”.
- (B) “porém” e “concorrência”.
- (C) “diagnóstico” e “experiência”.
- (D) “só” e “até”.
- (E) “clínica” e “saúde”.

**QUESTÃO 4**

Estarão mantidos a ortografia oficial, a correção gramatical, a coerência e os sentidos do texto caso se substituísse

- (A) “Por isso” (linha 4) por **No entanto**.
- (B) “Desde o momento” (linha 7) por **A partir do momento**.
- (C) “como” (linha 8) por **no qual**.
- (D) “Assim” (linha 15) por **Além disso**.
- (E) “de elas” (linha 41) por **delas**.

**QUESTÃO 5**

Assinale a alternativa em que é apresentada uma proposta de reescrita gramaticalmente correta, coerente e em conformidade com a ortografia oficial e com os sentidos do texto para o seguinte trecho: “Dessa forma, desde os funcionários da recepção até os médicos, é fundamental que o paciente tenha toda a ajuda possível, dando uma sensação de mais conforto e tranquilidade.” (linhas de 9 a 12).

- (A) **Contudo, tanto para os funcionários da recepção como para os médicos, é importante que o paciente tenha toda ajuda possível, tendo a sensação de conforto e tranquilidade.**
- (B) **Nesse contexto, os funcionários da recepção e os médicos devem assegurar que o paciente tenha toda a ajuda possível, proporcionando a ele uma sensação de conforto e tranquilidade.**
- (C) **Assim, desde os funcionários da recepção até os médicos, todos devem garantir que o paciente receba toda a ajuda possível, pois isso dará a ele uma sensação de mais conforto e tranquilidade.**
- (D) **Consequentemente, os funcionários da recepção e até os médicos têm o dever de ajudar o paciente o máximo possível, gerando uma sensação de mais conforto e tranquilidade.**
- (E) **Funcionários da recepção e médicos, é fundamental que o paciente tenha a ajuda possível, dando essa sensação de mais conforto e tranquilidade.**

**QUESTÃO 6**

O vocábulo “que” (linha 14) refere-se ao termo

- (A) “pacientes” (linha 15).
- (B) “necessidades” (linha 15).
- (C) “atendimento médico” (linha 14).
- (D) “proposta” (linha 14).
- (E) “medicina humanizada” (linha 13).

**QUESTÃO 7**

O sinal de dois-pontos é empregado no sexto parágrafo do texto com a finalidade de introduzir uma

- (A) explicação de uma ideia apresentada anteriormente.
- (B) fala de um dos pesquisadores que conduziram o estudo.
- (C) enumeração das vantagens da adoção da medicina humanizada.
- (D) citação de trecho que corrobora o resultado da pesquisa.
- (E) interpelação ao leitor, como estratégia argumentativa.

**QUESTÃO 8**

A conjunção “Afim” (linha 26) expressa sentido

- (A) explicativo.
- (B) adversativo.
- (C) concessivo.
- (D) conclusivo.
- (E) alternativo.

**QUESTÃO 9**

O sujeito da forma verbal “depende” (linha 16) é(está)

- (A) indeterminado.
- (B) simples.
- (C) composto.
- (D) inexistente.
- (E) elíptico.

**QUESTÃO 10**

Em “inseguro” (linha 2), o prefixo **in-** exprime a ideia de

- (A) excesso.
- (B) repetição.
- (C) negação.
- (D) simultaneidade.
- (E) sucessão.

**QUESTÃO 11**

Assinale a alternativa que apresenta a natureza jurídica do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG).

- (A) autarquia estadual
- (B) autarquia federal
- (C) fundação pública
- (D) sociedade de economia mista
- (E) associação civil

**QUESTÃO 12**

O CRM-MG é composto de

- (A) 25 conselheiros efetivos e um igual número de suplentes.
- (B) 21 conselheiros efetivos e um igual número de suplentes.
- (C) 21 conselheiros efetivos e 15 suplentes.
- (D) 15 conselheiros efetivos e 10 suplentes.
- (E) 15 conselheiros efetivos e um igual número de suplentes.

**QUESTÃO 13**

Com relação à assembleia geral do CRM-MG, assinale a alternativa correta.

- (A) A assembleia geral é constituída por todos os médicos inscritos no CRM-MG que se achem em pleno gozo de seus direitos e tenham no estado de Minas Gerais sua inscrição principal.
- (B) A assembleia geral será dirigida pelo presidente do Conselho Federal de Medicina.
- (C) A assembleia geral reunir-se-á quando convocada pelo presidente do CRM-MG, por meio do órgão oficial e de um jornal de grande circulação no estado de Minas Gerais, com prazo mínimo de vinte dias.
- (D) A assembleia geral, em primeira convocação, reunir-se-á com a totalidade de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de inscritos presentes.
- (E) Poderão ser convocadas até duas assembleias gerais anualmente.

**QUESTÃO 14**

Considerando as disposições do Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina, assinale a alternativa correta.

- (A) Os médicos legalmente habilitados para o exercício da profissão, em virtude dos diplomas que lhes foram conferidos pelas faculdades de medicina oficiais ou reconhecidas no País, só poderão exercê-la efetivamente depois de se inscreverem nos Conselhos Regionais de Medicina que jurisdicionarem a área de sua atividade profissional ou se apresentarem prova de habilitação expedida por organismos internacionais.
- (B) O pedido de inscrição no Conselho Regional de Medicina dispensa a apresentação de cópia do título de eleitor e da certidão de regularidade junto à justiça eleitoral.
- (C) Para todos os Conselhos Regionais de Medicina, serão uniformes as normas de processamento dos pedidos de inscrição, os registros e as expedições da carteira profissional, valendo esta como prova de identidade.
- (D) O pedido de inscrição nos Conselhos Regionais de Medicina somente poderá ser feito pelo próprio interessado, sendo vedado o requerimento por procurador.
- (E) O médico não é obrigado a comunicar ao Conselho Regional de Medicina em que estiver inscrito a instalação de seu consultório ou o local de trabalho profissional.

**QUESTÃO 15**

À luz do Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina acerca dos processos ético-disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Os processos relativos às infrações dos princípios da ética profissional deverão revestir a forma de “autos judiciais”, sendo exarados, em ordem cronológica, os seus pareceres e despachos.
- (B) As normas processuais para o recebimento de denúncia, sua tramitação e a aplicação de penalidade seguirão as regras constantes do Código de Processo Civil, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- (C) O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são proibidos de adotar meio eletrônico para a tramitação das sindicâncias e dos processos administrativos ético-profissionais.
- (D) Recebida a queixa ou a denúncia, o presidente a encaminhará a uma comissão de instrução, que ordenará as providências específicas para o caso e, depois de elas serem executadas, determinará, então, a intimação do médico denunciado ou da pessoa jurídica denunciada para que, no prazo de noventa dias, a contar da data do recebimento dessa intimação, ofereça a defesa que tiver, acompanhando-a das alegações e dos documentos que julgar convenientes.
- (E) As execuções das penalidades impostas pelos Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Medicina processar-se-ão na forma estabelecida pelo Código de Processo Penal.

**QUESTÃO 16**

Conforme o Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina sobre suas respectivas eleições, assinale a alternativa correta.

- (A) O dia e a hora das eleições dos membros dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Medicina serão fixados pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) As eleições dos Conselhos Regionais de Medicina serão promovidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (C) As eleições dos Conselhos Regionais de Medicina serão realizadas entre sessenta e trinta dias antes do término dos mandatos em curso, mediante escrutínio secreto.
- (D) O voto será pessoal e facultativo em todas as eleições.
- (E) As eleições para os Conselhos Regionais serão feitas com discriminação de cargos.

**QUESTÃO 17**

Com base na Resolução Plenária n.º 451/2021, que trata do regime de pessoal do CRM-MG, assinale a alternativa correta.

- (A) Emprego é o conjunto de atribuições discriminadas em resolução do Conselho Regional de Medicina e com denominações e salários próprios, a serem cometidas à pessoa física ou jurídica.
- (B) Os empregos serão criados por Resolução do Conselho Regional de Medicina e serão regidos pela legislação aplicável aos servidores públicos federais.
- (C) Competem privativamente ao Conselho Federal de Medicina a criação e a extinção de empregos dos quadros do CRM-MG.
- (D) O emprego deve corresponder à descrição das respectivas atribuições, em termos de responsabilidade e complexidade, sendo vedada a exigência de escolaridade mínima.
- (E) Não constitui desvio de função o exercício, pelo empregado, de atribuições afins ou correlatas às de seu emprego ou que possam ser compreendidas em sua descrição ampla.

**QUESTÃO 18**

De acordo com as disposições da Resolução Plenária n.º 451/2021, a sanção de suspensão pode ter o prazo máximo de

- (A) cinco dias.
- (B) quinze dias.
- (C) vinte dias.
- (D) trinta dias.
- (E) noventa dias.

**QUESTÃO 19**

Considerando as disposições da Resolução Plenária n.º 451/2021 acerca do processo disciplinar no âmbito do CRM-MG, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de empregado do CRM-MG por falta cometida no exercício de suas atribuições ou em sua vida privada, ainda que não tenha relação com as atribuições do cargo que ocupa.
- (B) O prazo para a conclusão do processo será de noventa dias, contados do recebimento da portaria de nomeação pela comissão.
- (C) O processo administrativo disciplinar não pode ser iniciado de ofício.
- (D) Recebida a denúncia contra qualquer empregado do CRM-MG, será instaurado um processo administrativo disciplinar por ato corregedor.
- (E) O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de cinco membros, dois empregados efetivos e três conselheiros, designados pelo presidente do CRM-MG, após o ato de instauração do processo.

**QUESTÃO 20**

À luz das disposições da Lei n.º 6.839/1980, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão facultativos nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- (B) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão facultativos no Ministério do Trabalho.
- (C) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios no Ministério Público Federal, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- (D) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas prefeituras dos municípios em que eles atuarem.
- (E) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 21**

Consiste em um documento escrito e solene que positiva as normas jurídicas superiores da comunidade do Estado, elaboradas por um processo constituinte específico. Trata-se do conceito de constituição em sentido

- (A) material.
- (B) objetivo.
- (C) formal.
- (D) subjetivo.
- (E) amplo.

**QUESTÃO 22**

Acerca da classificação das constituições, assinale a alternativa correta.

- (A) As constituições escritas dão-se a conhecimento em um documento único, que sistematiza o direito constitucional da comunidade política.
- (B) A rigidez ou flexibilidade da constituição é apurada de acordo com a quantidade de vezes que o documento foi ou pode ser alterado.
- (C) As constituições programáticas tendem a concentrar sua atenção normativa nos aspectos de estrutura do poder, cercando as atividades políticas das condições necessárias para seu correto desempenho.
- (D) Conforme sua origem, as constituições distinguem-se em históricas e políticas.
- (E) As constituições semânticas são as que logram ser lealmente cumpridas por todos os interessados, limitando, efetivamente, o poder.

**QUESTÃO 23**

A respeito da ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A reduzida lista de legitimados presentes no texto constitucional fortalece a impressão de que o constituinte pretendeu enfraquecer o controle abstrato de normas no ordenamento jurídico brasileiro, como peculiar instrumento de correção do sistema geral incidente.
- (B) Exige-se que o objeto da ação de inconstitucionalidade guarde relação de pertinência com a atividade de representação da confederação sindical ou da entidade de classe de âmbito nacional que a ajuizar.
- (C) É vedado ao governador firmar a petição inicial, isolada ou juntamente, com o procurador-geral do estado ou com outro advogado.
- (D) Podem ser impugnadas, por ação direta de inconstitucionalidade, as portarias expedidas por autarquias federais.
- (E) É inadmissível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade contra atos de efeito concreto.

**QUESTÃO 24**

No que se refere à ação declaratória de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o presidente da República possui legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade.
- (B) Não se afigura admissível a propositura de ação declaratória de constitucionalidade se não houver controvérsia ou dúvida relevante quanto à legitimidade da norma.
- (C) O objeto da ação declaratória de constitucionalidade corresponde ao do recurso extraordinário, havendo fungibilidade entre as medidas.
- (D) As regras destinadas à disciplina da ação direta de inconstitucionalidade estão previstas no texto constitucional, sendo vedado ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (STF) dispor sobre a matéria.
- (E) A ação declaratória de constitucionalidade deve ser proposta no prazo de um ano, contado da publicação do ato normativo questionado.

**QUESTÃO 25**

Quanto à arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa correta.

- (A) Como típico instrumento do modelo difuso de controle de constitucionalidade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental tanto pode dar ensejo à impugnação ou ao questionamento direto de lei ou de ato normativo federal, estadual ou municipal quanto pode acarretar uma provocação a partir de situações concretas, que levem à impugnação de lei ou de ato normativo.
- (B) Qualquer cidadão tem legitimidade para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) As confederações sindicais, as entidades de classe de âmbito nacional e os partidos políticos possuem capacidade postulatória especial na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) Diferentemente do que se verifica no âmbito do controle abstrato de normas, a arguição de descumprimento de preceito fundamental poderá ser proposta contra ato normativo já revogado, tendo em vista o interesse jurídico da solução quanto à legitimidade de sua aplicação no passado.
- (E) Por ser processo de caráter subjetivo, a arguição de descumprimento de preceito fundamental não admite a intervenção de *amicus curiae*.

**QUESTÃO 26**

Com relação à personalidade e à capacidade das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- (B) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção.
- (C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezoito anos de idade.
- (D) A existência da pessoa natural termina com a partilha dos bens deixados após a sua morte.
- (E) Se dois ou mais indivíduos morrerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu ao(s) outro(s), presumir-se-ão mortos primeiramente os mais velhos e, depois, os mais novos.

**QUESTÃO 27**

Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos da personalidade são absolutamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- (B) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- (C) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) Toda pessoa tem direito a prenome, sendo dispensável a existência de sobrenome.
- (E) O pseudônimo, ainda que utilizado para atividades lícitas, não goza de qualquer proteção.

**QUESTÃO 28**

Considerando as disposições do Código Civil sobre bens, assinale a alternativa correta.

- (A) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que artificialmente.
- (B) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, ainda que com alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- (C) Os materiais destinados à construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis.
- (D) São infungíveis os móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, da mesma qualidade e na mesma quantidade.
- (E) Os bens naturalmente divisíveis não se podem tornar indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

**QUESTÃO 29**

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos cointeressados capazes.
- (B) Se for relativa, a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico.
- (C) A validade da declaração de vontade depende, sempre, de manifestação escrita da parte.
- (D) O silêncio jamais importa anuência.
- (E) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais à intenção nelas consubstanciada que ao sentido literal da linguagem.

**QUESTÃO 30**

Quanto à condição, ao termo e ao encargo, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a um evento futuro e incerto.
- (B) As condições impossíveis são tidas por inexistentes, salvo se resolutivas.
- (C) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é vedado praticar os atos destinados a conservá-lo.
- (D) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (E) O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito, sendo vedado às partes dispor em sentido contrário.

**QUESTÃO 31**

No que se refere às obrigações de dar coisa certa, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, ainda que não mencionados, sendo vedado às partes estabelecer o contrário.
- (B) Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou estiver pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, este responderá pelo equivalente e por mais perdas e danos.
- (C) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, caberá ao credor apenas resolver a obrigação.
- (D) A coisa passa a pertencer ao credor a partir do momento da constituição da obrigação, independentemente da tradição.
- (E) Se a coisa se perder por culpa do devedor, este responderá pelo equivalente, mas não por perdas e danos.

**QUESTÃO 32**

A pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo prescreve em

- (A) cinco anos.
- (B) quatro anos.
- (C) três anos.
- (D) dois anos.
- (E) um ano.

**QUESTÃO 33**

Com base nas disposições do Código Civil sobre a decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, não podendo a lei dispor em sentido contrário.
- (B) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- (C) Quando estabelecida por lei, deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência.
- (D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.
- (E) A decadência pode ser interrompida por até três vezes, mas somente pode ser suspensa em uma única oportunidade.

**QUESTÃO 34**

Conforme as disposições do Código Civil acerca de contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas relações contratuais privadas, prevalecerá o princípio da não intervenção.
- (B) Na execução do contrato, os contratantes somente serão obrigados a guardar os princípios de probidade e boa-fé.
- (C) Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável à parte que as redigiu.
- (D) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (E) É vedado às partes estipular contratos atípicos.

**QUESTÃO 35**

Considerando as disposições da Lei n.º 8.245/1991, assinale a alternativa correta.

- (A) Em havendo mais de um locador ou mais de um locatário, somente se entenderá que sejam solidários se o contrato assim o tiver estipulado.
- (B) O contrato de locação pode ter vigência de até oito anos.
- (C) Seja qual for o fundamento do término da locação, a ação do locador para reaver o imóvel é a reintegração de posse.
- (D) O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado, mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de noventa dias.
- (E) Nos casos de extinção de usufruto ou de fideicomisso, a locação celebrada pelo usufrutuário ou fiduciário poderá ser denunciada, com o prazo de trinta dias para a desocupação, salvo se tiver havido aquiescência escrita do nuproprietário ou do fideicomissário, ou se a propriedade estiver consolidada em mãos do usufrutuário ou do fiduciário.

**QUESTÃO 36**

Segundo as disposições do Código de Processo Civil sobre os sujeitos do processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade postulatória.
- (B) O incapaz será representado ou assistido pelo Ministério Público.
- (C) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, mesmo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (D) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo imediatamente.
- (E) Os estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para a prática de ato processual por seus procuradores, em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.



**QUESTÃO 37**

À luz das disposições do Código de Processo Civil sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo.
- (B) O litisconsórcio somente será necessário por disposição de lei.
- (C) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de desmembramento do processo.
- (D) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (E) Os litisconsortes somente poderão promover atos processuais quando atuarem em conjunto, em petição comum a todos.

**QUESTÃO 38**

Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- (A) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas somente poderá intervir no processo em grau recursal.
- (B) Não havendo impugnação no prazo de cinco dias, o pedido do assistente será deferido.
- (C) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- (D) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica somente será instaurado a pedido do Ministério Público.
- (E) O *amicus curiae* não poderá recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**QUESTÃO 39**

Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre os poderes, os deveres e a responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá-se eximir de uma decisão, sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- (B) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.
- (C) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que o autor e o réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, mas não será permitida a aplicação das penalidades da litigância de má-fé.
- (D) O juiz poderá decidir por equidade sempre que essa técnica fornecer a decisão mais justa ao caso concreto.
- (E) É vedado ao juiz dilatar os prazos processuais.

**QUESTÃO 40**

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- (B) A tutela provisória requerida em caráter incidental somente será processada após o recolhimento das custas estabelecidas no regimento interno do tribunal competente.
- (C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo e, preclusa a decisão, não pode ser revogada ou modificada.
- (D) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (E) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, somente poderá ser requerida ao juiz responsável pelo plantão judiciário.

**QUESTÃO 41**

A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito de terceiro, em condições idênticas, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se seu titular não o fizer, no prazo de noventa dias, quando notificado judicialmente.
- (B) A inicial será, desde logo, indeferida, por decisão imotivada, quando não for o caso de mandado de segurança, quando lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.
- (C) Concedido o mandado, o juiz transmitirá, em ofício, por intermédio do oficial do juízo ou pelo correio, mediante correspondência com aviso de recebimento, o inteiro teor da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada.
- (D) Cabe recurso ordinário da sentença, denegando ou concedendo o mandado.
- (E) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

**QUESTÃO 42**

Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas a pena independe de prévia cominação legal.
- (B) Não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.
- (C) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas a pena pode ser criada pelo juiz competente, de acordo com as particularidades do caso.
- (D) Os crimes podem ser estabelecidos pelo juiz de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, mas a pena depende de prévia cominação legal.
- (E) Os crimes podem ser estabelecidos pelo juiz de acordo com os princípios estabelecidos nos tratados de direitos humanos e a pena independe de prévia cominação legal.

**QUESTÃO 43**

Acerca da interpretação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Autêntica é a interpretação realizada no mesmo momento em que é editado o diploma legal que se procura interpretar.
- (B) Na interpretação literal, o intérprete busca alcançar a finalidade da lei, aquilo a que ela se destina a regular.
- (C) Com a interpretação histórica, o exegeta analisa o dispositivo legal no sistema no qual ele está contido, e não de forma isolada.
- (D) Por meio da interpretação progressiva, o intérprete traduz os tipos penais de acordo com a realidade atual, ou seja, os elementos dos tipos penais que, anteriormente, tinham determinada interpretação e, agora, no momento atual, passam a ser entendidos de forma diferente, por causa da evolução ou da progressão pela qual passa naturalmente a sociedade.
- (E) Ocorre a interpretação restritiva quando, para que se possa conhecer a exata amplitude da lei, o intérprete necessita alargar seu alcance, haja vista ter aquela dito menos do que efetivamente pretendia.

**QUESTÃO 44**

Quanto ao princípio da intervenção mínima no direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito penal deve se preocupar com a proteção de todos os bens importantes e necessários à vida em sociedade.
- (B) É vedado ao direito penal ocupar-se de temas que já foram regulados por outros ramos do direito.
- (C) O princípio da intervenção mínima não tem aplicação no direito brasileiro.
- (D) O princípio da intervenção mínima estabelece que somente haverá crime se a vítima manifestar a intenção de que o autor do ilícito seja apenado.
- (E) O direito penal deve interferir o menos possível na vida em sociedade, devendo ser solicitado somente quando os demais ramos do direito, comprovadamente, não forem capazes de proteger os bens considerados como da maior importância.

**QUESTÃO 45**

Assinale a alternativa que apresenta o princípio segundo o qual o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai aonde seja necessário para a proteção do bem jurídico.

- (A) princípio da insignificância
- (B) princípio da individualização da pena
- (C) princípio da proporcionalidade
- (D) princípio da responsabilidade pessoal
- (E) princípio da limitação das penas

**QUESTÃO 46**

Considerando as disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (B) A lei processual penal admite interpretação extensiva, mas é vedada sua aplicação analógica.
- (C) O processo penal terá estrutura acusatória, sendo lícitas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- (D) O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 72 horas, momento em que se realizará uma audiência, com a presença do Ministério Público, da Defensoria Pública ou de advogado constituído, vedado o emprego de videoconferência.
- (E) O juiz das garantias deverá assegurar o cumprimento das regras para o tratamento dos presos, impedindo o acordo ou o ajuste de qualquer autoridade com os órgãos da imprensa para explorar a imagem da pessoa submetida à prisão, sob pena de responsabilidade exclusivamente civil.

**QUESTÃO 47**

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) A polícia legislativa será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais de sua autoria.
- (B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial somente será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o juiz competente.
- (D) Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- (E) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

**QUESTÃO 48**

Com base nas disposições do Código de Processo Penal sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação do ofendido pode ser retratada até a prolação da sentença condenatória.
- (B) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o registro da ocorrência perante a autoridade policial.
- (C) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público o comunicará apenas ao investigado, sendo vedado dar ciência do fato à vítima.
- (D) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do ministro da Justiça ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (E) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, intimará o Ministério Público para promover a ação penal.

**QUESTÃO 49**

À luz das disposições do Código de Processo Civil sobre as prisões, a liberdade provisória e as fianças, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém poderá ser preso senão por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.
- (B) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- (C) Não será permitido o emprego de força para o cumprimento de mandado de prisão, salvo nos casos em que houver risco à integridade física dos agentes policiais.
- (D) Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado obstará a prisão.
- (E) Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, a prisão somente poderá ser decretada pelo Superior Tribunal de Justiça.

**QUESTÃO 50**

A punibilidade por falta ética sujeita a processo ético-profissional prescreve em

- (A) dez anos, contados a partir da data do efetivo conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.
- (B) cinco anos, contados a partir da data da infração.
- (C) cinco anos, contados a partir da data do efetivo conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.
- (D) três anos, contados a partir da data do efetivo conhecimento do fato pelo Conselho Regional de Medicina.
- (E) três anos, contados a partir da data da infração.

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

**QUESTÃO 1**

O vocábulo processo, etimologicamente, tem o sentido de marcha para a frente, avanço, progresso, desenvolvimento. Seria, na linguagem de José Frederico Marques, um “fenômeno em desenvolvimento”. O processo é sempre forma, instrumento, modo de proceder.

Mari Sylvia Zanella di Pietro. **Direito administrativo**. 33.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

**Processo administrativo**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) diferenciação entre processo e procedimento, no âmbito do direito administrativo;
- b) modalidades de processo administrativo; e
- c) aplicação do princípio da pluralidade de instâncias nos processos administrativos.

**QUESTÃO 2**

Os atos do juiz são pronunciamentos (também chamados de provimentos) e atos materiais, pois os pronunciamentos do juiz seriam a sentença, a decisão interlocutória e o despacho. O pronunciamento emanado de um juiz singular é o pronunciamento monocrático ou unipessoal. É o que se tem nos juízos de primeira instância e, nos tribunais, naqueles casos em que ao relator ou ao presidente (ou vice-presidente) do tribunal incumbe, sozinho, proferir o pronunciamento.

Alexandre Câmara. **O novo processo civil brasileiro**. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2017 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

### **Sentença no direito processual civil**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) conceito de sentença;
- b) diferenciação entre as sentenças terminativas e as sentenças resolutivas; e
- c) classificações das sentenças definitivas.